

**UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO  
SUL – UNIJUÍ**

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS, CONTÁBEIS,  
ECONÔMICAS E DA COMUNICAÇÃO – DACEC**

**DEISE CAROLINE KRUG DE SOUZA**

**JORNALISMO DIGITAL E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: UMA ANÁLISE  
DE CONTEÚDO DO PORTAL DE NOTÍCIAS G1**

**Ijuí – RS**

**2016**

**DEISE CAROLINE KRUG DE SOUZA**

**JORNALISMO DIGITAL E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: UMA ANÁLISE  
DE CONTEÚDO DO PORTAL DE NOTÍCIAS G1**

Monografia apresentada ao curso de Comunicação Social - habilitação Jornalismo, da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - Unijuí, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social - habilitação Jornalismo.

Orientadora: Ms. Lara Nasi

Ijuí - RS

2016

DEISE CAROLINE KRUG DE SOUZA

**JORNALISMO DIGITAL E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: UMA ANÁLISE  
DE CONTEÚDO DO PORTAL DE NOTÍCIAS G1**

Monografia apresentada ao curso de Comunicação Social - habilitação Jornalismo, da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - Unijuí, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social - habilitação Jornalismo.

Aprovado em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Ms. Lara Nasi (Orientadora)

---

Ms. Felipe Rigon Dorneles

Ijuí  
2016

## AGRADECIMENTOS

Iniciar uma graduação inclui o começo de vários sonhos e desejos. Desde o primeiro momento, me perguntei se essa realmente era a profissão que desejaria seguir para o resto da vida (aliás, não apenas eu, mas família e amigos também questionavam minha decisão). Por algum motivo que ainda desconheço acabei apaixonando-me por essa profissão. Desde então, foram inúmeros desafios, várias aprendizagens e muitas realizações dentro do jornalismo.

Em todos os momentos (bons ou ruins) que passei durante esses quatro anos de estudos, não estive sozinha. Tenho a certeza de que Deus sempre esteve comigo, me acompanhando e guiando para que chegasse até aqui. Por isso, para Ele fica meu agradecimento especial, não apenas por essa conquista, mas por estar comigo na superação de todos os desafios enfrentados durante o percurso e em todas as etapas concluídas.

Um muito obrigada cheio de amor para minha mãe, Anette Krug, que nunca deixou de acreditar em meu potencial e me apoiar, desde a decisão do curso escolhido até este final de graduação. Acima de tudo, pelo amor incondicional, paciência nos nervosismos de final de semestre e alegria em cada ano de estudos concluído com sucesso. Também agradeço a meu irmão, Christhian Dyon Krug Acosta, que, mesmo distante, nunca me deixou desistir e, nos momentos de fraqueza, sempre esteve presente para me ajudar a seguir em frente. Se não fossem vocês, eu não estaria aqui, os agradecendo no trabalho de conclusão de curso.

Agradeço imensamente a todos os professores e professoras que, durante os quatro anos de graduação, me passaram valiosos ensinamentos que levarei tanto para a vida profissional como pessoal. Ensinando-me a como ser jornalista profissional, dedicada e correta, sempre respeitando o lado humano do próximo, além de uma pessoa melhor, qualificada intelectual e emocionalmente.

Um agradecimento especial à professora que desde que começou a lecionar na universidade ajudou-me muito, não apenas na profissão, mas como ser humano. Com ela, aprendi a derrubar vários preconceitos que nem sabia ter, mostrando-me o quanto a cultura nos impõe uma trajetória a seguir, inclusive com relação à pré-conceitos sobre as pessoas. Ainda que indiretamente, foi ela que me ajudou a abandonar essa visão julgadora e assumir uma visão mais aberta e compreensiva sobre a sociedade. Foi esse um dos principais motivos que me levaram a escolher a professora Lara Nasi como orientadora deste trabalho de conclusão de curso. Sinceramente, meu muito obrigada por tudo!

Agradeço a meus colegas e amigos que também acompanharam toda essa jornada, tanto em momentos bons quanto ruins. Foram eles que me consolaram em momentos de dificuldade e comemoraram em cada etapa concluída. Um agradecimento especial aos colegas que estão, juntamente comigo, graduando-se jornalistas. Sei que para todos o percurso teve desafios e barreiras, mas todos conseguimos chegar até o final desse ciclo com um sorriso no rosto, de felicidade, e lágrimas nos olhos, de emoção.

Todos que direta ou indiretamente me auxiliaram durante esse percurso merecem um agradecimento especial. Foram quatro anos de maravilhosas aprendizagens que, com toda a certeza, serão levadas por toda a vida. Tudo que aprendi na graduação, dentro ou fora de sala de aula, auxiliou a tornar-me uma profissional jornalista e, principalmente, uma pessoa melhor, pronta para fazer a diferença com a profissão que decidi seguir.

*“O jornalismo é, antes de tudo e sobretudo, a prática diária da inteligência e o exercício cotidiano do caráter”,*  
*Cláudio Abramo.*

## RESUMO

A violência contra a mulher tem dados cada vez mais alarmantes. Também é papel do jornalismo usar métodos para auxiliar, ainda que indiretamente, na redução desses casos. O presente trabalho tem por objetivo analisar de que forma o portal de notícias G1 transmite as notícias de crimes de violência contra a mulher. A pesquisa centra-se em uma semana de análise das notícias que englobam o tema no veículo analisado. Parte daí a metodologia escolhida para o presente trabalho, uma análise de conteúdo (Bardin, 2011). Por meio da análise qualitativa, foram definidas três categorias relacionadas ao conteúdo estudado: desmerecimento da vítima, sexualização do estupro e romantização do crime. O presente estudo aponta as melhorias necessárias na veiculação de notícias desse tipo, levando em consideração manuais de jornalismo humanizado que apresentam estratégias para tornar o conteúdo sobre esse tema tão delicado mais empático.

**Palavras-chave:** Jornalismo; Violência contra a mulher; Análise de Conteúdo; Gênero; Jornalismo Digital

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>2. GÊNERO E PECULIARIDADE JORNALÍSTICOS.....</b>	<b>10</b>
<b>2.1. Jornalismo e singularidade dos fatos.....</b>	<b>13</b>
<b>3. JORNALISMO E INTERNET.....</b>	<b>17</b>
<b>4. VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.....</b>	<b>23</b>
<b>4.1. Como a violência é veiculada.....</b>	<b>26</b>
<b>5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ANÁLISE.....</b>	<b>30</b>
<b>5.1 Método utilizado.....</b>	<b>31</b>
<b>5.2 Análise do conteúdo.....</b>	<b>32</b>
5.2.1 Sexualização do estupro.....	35
5.2.2 Romantização do crime.....	37
5.2.3 Desmerecimento da vítima.....	40
5.2.4 Quando o crime se repete.....	41
<b>5.3 Jornalismo online e violência contra a mulher.....</b>	<b>43</b>
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>45</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>47</b>



## 1. INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é tão antiga quanto a humanidade, porém, há poucos anos começaram a ser desenvolvidas políticas que auxiliem e coíbam esses crimes. É papel do jornalismo também auxiliar para que esses casos se tornem cada vez menos frequentes, usando os meios de comunicação não apenas para relatar as violências, mas oferecer suporte às vítimas.

A ideia central deste trabalho de conclusão de curso foi analisar as notícias e reportagens do jornalismo do gênero policial que abordem o tema violência contra a mulher num meio de comunicação online, especificamente no portal de notícias G1. Sabe-se o quanto os portais de notícias têm crescido e trazido informação mais rápida e sucinta ao receptor. Por isso, a importância em analisar de que forma, com que linguagem e conteúdo essa informação é veiculada.

A dificuldade em escolher um tema quando se trata de elaborar uma monografia não é novidade. Daí a necessidade em se optar por um assunto que desperte interesse em seu autor/autora e o incentive a buscar informações pertinentes para que o trabalho seja desenvolvido de maneira eficaz e satisfatória. Pessoalmente, o jornalismo policial instiga esse interesse pertinente. Por isso, a opção por esse gênero jornalístico.

Um tema interessante, porém muito abrangente. Precisa-se de algo mais específico dentro do jornalismo policial, algo que possibilite uma análise completa e minuciosa. Foi então que, no dia 9 de junho de 2016, poucas semanas antes da data de entrega do projeto de monografia, o grupo Gênero, Mídia e Sexualidade (GEMIS) se fez presente na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI) com a palestra “Mídia, gênero e construção da realidade: a naturalização da violência” e mudou completamente a ideia inicialmente pensada sobre o que abordar no trabalho de conclusão de curso.

A palestra despertou-me um interesse inquietante com relação a como estavam sendo abordados os casos de violência contra a mulher nos meios de comunicação e fez-me perceber o quanto a cultura machista influencia essa conduta até para mulheres que, ainda que sem notar, acabam reproduzindo essa cultura e, sem perceber, de maneira naturalizada, usam expressões, dados, e conteúdos de teor machista. Vi-me parte dessa sociedade que vive em uma bolha centrada no machismo e decidi, então, me libertar disso. Assim surgiu o tema:

analisar a violência contra a mulher no revolucionário e novo meio digital, na produção jornalística online.

O presente trabalho inicia abordando a relação do jornalismo com a violência, no capítulo a seguir, voltando-se para o gênero policial jornalístico e levando em consideração não só a produção de notícias do gênero, mas a necessidade de produzi-las. Também é abordada a relação do jornalismo com a singularidade dos fatos, levando em consideração o *lead* noticioso e a utópica objetividade jornalística. O fechamento do capítulo se dá relacionando o jornalismo com a internet, o quanto o meio evoluiu e quais as características positivas e negativas do digital com o jornalístico.

Já o capítulo três evidencia a violência contra a mulher. Traz dados e estatísticas desses casos tão alarmantes no Brasil. Além disso, são apresentadas pesquisas que mostram o quanto a mulher ainda sofre ou teme sofrer algum tipo de violência. Em seguida, engloba-se esse tipo de crime com o jornalismo, levando em consideração manuais de jornalismo humanizado que trouxeram técnicas consideradas indicadas para quando o assunto abordado for a violência contra a mulher.

No capítulo quatro, são especificados os procedimentos metodológicos que permitiram a análise das notícias selecionadas. No presente trabalho, o veículo de análise selecionado foi o portal de notícias G1. O *corpus* foi definido a partir do acompanhamento de uma semana de produção jornalística do veículo, composto por notícias que abordassem crimes de violência contra a mulher. O método escolhido foi a análise de conteúdo, que permitiu explorar o que esse conteúdo traz, bem como o que deixa de abordar. Foram escolhidas três unidades de registro: sexualização do estupro, romantização do crime e desmerecimento da vítima. Além disso, foram trazidos crimes que, por algum motivo, tiveram a necessidade de serem veiculadas em mais de uma notícia.

## 2. GÊNERO E PECULIARIDADE JORNALÍSTICOS

Culturalmente, o jornalismo buscaria a imparcialidade. Sabe-se, porém, que tal capacidade de ser neutro em relação aos mais diversos temas é uma utopia, levando em consideração que desde o pensamento humano já há uma pré-disposição a se optar por uma posição. E essa escolha jornalística se reflete nas redações.

O jornalismo policial, ou de segurança pública busca relatar a violência, a fim de que os casos sejam transmitidos ao público de forma clara, séria e imparcial. A prática, porém, assim como em outras especializações, é diferente da que propõe a literatura acadêmica. No jornalismo policial, estão implícitas e às vezes explícitas questões de gênero e a cultura machista das redações, que reflete a cultura machista da sociedade. É comum no gênero a elaboração de notícias que vitimizam o culpado ou criminalizam a vítima. Casos em que a vítima é considerada culpada por ser agredida, por exemplo, são comuns no jornalismo policial brasileiro.

Segundo a obra *Estética da violência: jornalismo e produção de sentidos* (COSTA, 2002), a racionalidade técnica na produção da notícia leva em consideração os critérios de noticiabilidade (que são abordados no item 2.1 deste trabalho), variando de acordo com a subjetividade do jornalista e sua capacidade de reelaborar o fato. Além disso, são denominados padrões de conduta que caracterizam o que deve ou não ter prioridade para ser noticiado. O que está fora disso é veiculado como variação cultural. Quando passa a ser objeto de informação jornalística, recebe o tratamento de anormalidade, grotesco. O autor ressalta, ainda, a compulsão pela informação a todo instante em todos os meios de comunicação possíveis o mais rápido possível. Essa ânsia pela notícia a todo o momento faz com que o público perca a sensibilidade por assuntos como tragédias, crimes, notícias que envolvam dor e sofrimento.

Em *Mídia e violência: um olhar sobre o Brasil* (CARVALHO; FREIRE; VILAR, 2012), os autores argumentam que a cultura da violência é promovida de maneira contraditória, para manter a paz dos indivíduos na certeza de que as vítimas não foram eles, os receptores da informação sobre violência.

A cultura da violência é promovida pela mídia como uma resposta ao cotidiano social que busca combater a rotina, proteger-se e livrar-se do perigo, em uma negação que equivaleria a uma pessoa dizer “ainda bem que não aconteceu comigo”. Não importa mais a informação, mas o quanto o

elemento violência é capaz de ser mantido a fim de expiar a angústia dos indivíduos (CARVALHO; FREIRE; VILAR, 2012, p.436).

Os autores explicam que um dos motivos que pode vir a influenciar essa cultura da violência é o próprio interesse do ser humano em saber sobre o outro e, de certa forma, sua atração por tragédias:

De certa forma, não se pode atribuir à mídia o incentivo, a influência e o aumento da violência, e o fato de a mídia explorar temáticas associadas à violência não pode ser entendido diretamente como causa imediata do crescimento da violência ou de comportamentos violentos. Desse ponto de vista, associar diretamente a programação da mídia ao comportamento violento de grupos ou pessoas significa desviar o foco do problema, deixando de olhar as raízes mais profundas das verdadeiras causas, que incluiriam interações sociais, questões culturais, distribuição de renda, desenvolvimento e educação, por exemplo. Assim, o fato de os indivíduos se identificarem com os conteúdos não significa que reproduzirão atitudes e comportamentos violentos, mas, antes, que tais conteúdos poderão ser entendidos ou percebidos como metáforas, as quais servirão simplesmente para direcionar suas ansiedades e pressões sociais (CARVALHO; FREIRE; VILAR, 2012, p.437).

A obra *Risco, Sofrimento e Vítima Virtual: a Política do Medo nas Narrativas Jornalísticas*, dos autores Paulo Vaz, Janine Miranda e Carla Baiense Felix traz exemplos de como o jornalismo policial é abordado de forma errônea e, muitas vezes, sensacionalista. São apresentados fatores que tornem a reportagem mais dramática. Além disso, muitas vezes o jornalismo não associa o crime ao contexto social. Os autores mostram, ainda, exemplos de jornalismo com essas características:

Tomemos como exemplo a reportagem *Tiroteio entre PMs e traficantes para a Av. Brasil durante a madrugada*, publicada em O Globo em 29 de abril de 2001. O sofrimento que aparece no primeiro parágrafo é o dos motoristas apavorados que abandonavam seus carros e fugiam correndo ou davam ré e voltavam pela contramão. Questionar concretamente a exclusão do sofrimento dos moradores de favelas situadas ao longo da Avenida Brasil já reduziria a desumanidade dos criminosos, pois articularia a criminalidade do contexto social (VAZ; MIRANDA; FELIX, 2012, p.38).

Os autores trazem, ainda, o conceito da política de piedade, uma visão comum no período moderno. Nela, o sofrimento seria consequência de um arranjo político, ou seja, ele determinaria se haveria ou não o sofrimento. A audiência era tida como os felizes que deveriam agir politicamente para reduzir o sofrimento dos infelizes. Nas reportagens de crime, essa política de piedade era ainda mais nítida. Nelas, os criminosos eram tratados como vítimas do sistema, empurrando a responsabilidade pelos seus atos aos erros do governo e suas decisões políticas. Em contrapartida, os autores abordam um conceito mais contemporâneo e mais praticado atualmente, o da política da vítima virtual:

Na política da vítima virtual, a audiência é estimulada a se conceber na mesma condição daquele que sofre, o que desloca a busca da responsabilidade pelo sofrimento para um personagem outro (VAZ; MIRANDA; FELIX, 2012, p.29).

Dessa forma, os autores explicam que o modo de narrar o sofrimento influencia a maneira como ele é compreendido. Ou seja, a maneira como é veiculada a informação altera diretamente o modo como ela é entendida.

A maneira como a informação é veiculada, por sua vez, depende diretamente das fontes usadas para se adquirir o conteúdo necessário para a notícia. Uma pesquisa realizada pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) em 2004 (*apud* RAMOS; PAIVA, 2007) apontou que, entre 2.514 textos publicados em nove jornais dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, 32,5% dos casos tinham como principal fonte ouvida a polícia.

Dados como esse alertam para a dependência dos jornalistas em relação às fontes. “A polícia é a fonte principal – se não a única – na maioria esmagadora das reportagens”, afirmam Anabela Paiva e Silvia Ramos em sua obra *Mídia e violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil*. Essa dependência na busca por informação ou na sua obtenção faz com que a notícia perca a possibilidade de mostrar diferentes pontos de vista sobre um mesmo assunto ou visões diferentes de um mesmo caso. Perde-se, também, a possibilidade de criticar o meio policial, já que é ele a fonte de informações sobre o gênero jornalístico. As autoras abordam, ainda, as consequências negativas dessa escassez de fontes.

A ausência de muitos tipos de fontes acaba por gerar uma cobertura pouco diversificada, na qual temas como direitos humanos, violência enquanto fenômeno social, raça e etnia, gênero e violência doméstica, por exemplo, são pouco frequentes. O resultado é um conjunto de matérias em que predomina a pouca contextualização e a pluralidade, muito dependente da perspectiva de delegados e oficiais de Polícia Militar (RAMOS; PAIVA, 2007).

As notícias do gênero policial, independente do crime abordado, ficam restritas à interpretação dada por um grupo restrito de pessoas, ou seja, pelo meio policial. Ainda que se busque outra fonte, não há uma ligação entre as duas versões de um mesmo caso e elas são abordadas quase que separadamente, ainda que em uma mesma notícia. As diferentes visões não interagem, cabendo ao leitor decidir com qual vai acordar ou se descarta ambas.

## 2.1 JORNALISMO E SINGULARIDADE DOS FATOS

O jornalismo é, historicamente, uma profissão pouco prestigiada. Foi com o desenvolvimento da reportagem e, em particular, da grande reportagem, no fim dos anos 1880, que o jornalismo ganhou alguma admiração. Devido aos baixos salários, porém, muitos jornalistas seguiam regime de duplo emprego ou aceitavam subornos para complementar a renda (TRAQUINA, 2012). A partir do final do século XIX foram criadas associações, clubes e sindicatos que buscavam a profissionalização dos jornalistas. Além disso, Estados Unidos e França iniciaram o ensino universitário em jornalismo, o que também contribuiu para seu reconhecimento como profissão. Traquina (2012) ressalta a relevância do ensino de jornalismo, o reconhecendo como uma ciência, e relata a importância do jornalismo regional para o profissionalismo:

A imprensa regional, especialmente a imprensa semanária regional, constitui o mais importante campo de treinos para a indústria como um todo. Fornece um número de trabalhadores experientes aos jornais diários, às emissões locais e nacionais, ao trabalho de relações públicas (TRAQUINA, 2012, p.89).

Ao passo que evoluíram os estudos em jornalismo, cresce também o número de profissionais no ramo. Para acompanhar essa evolução, houve a necessidade de um sentido de autoridade profissional no trabalho jornalístico. Nesse contexto, surge a utilização da pirâmide invertida, que ficou conhecida como *lead*:

Com a pirâmide invertida, os jornalistas, cada vez mais, tomaram como sua prerrogativa afirmar algo sobre o mais vasto sentido político da mensagem. Toma-se como certo o direito e a obrigação do jornalista de mediar e simplificar, cristalizar e identificar os elementos políticos no acontecimento noticioso (TRAQUINA, 2012, p.91).

A técnica da pirâmide invertida começou a ser utilizada nos Estados Unidos em 1861. No Brasil, esse método chegou em 1950, trazido pelo jornalista Pompeu de Sousa. A técnica, que consiste em estruturar a notícia colocando as informações fundamentais logo no início, foi bastante criticada, considerada uma estratégia para massificar a produção das notícias e desestimular a criatividade dos repórteres.

No esquema da pirâmide invertida, o primeiro parágrafo responde às seis perguntas fundamentais “O quê? Quem? Quando? Onde? Como? e Por quê?”, que ficou conhecido como *lead*. Já os demais parágrafos complementam as informações fundamentais já citadas, sempre em ordem decrescente de informação, de acordo com a visão do jornalista. Segundo

Adelmo Genro Filho (1989), porém, certos redatores criativos utilizam o lead em diversos pontos do texto, sem que ele deixe de ser o ponto principal da notícia. Segundo ele “O *lead* funciona como princípio organizador da singularidade” e, por mais que não esteja localizado no início da notícia, como é tratado historicamente, tem por objetivo partir da singularidade, presente no *lead*, para situar-se em determinada particularidade.

O autor entende que a pirâmide invertida tem por objetivo padronizar a notícia, o que a tornaria monótona. Por isso, supõe a inversão da pirâmide, não em ordem de fatores, mas recolocá-la do singular para o particular. Nesse sentido, é preciso ter cuidado para não tornar a notícia sensacionalista. Mas, para que a notícia seja veiculada, é necessário que ocorra o fato. E é a interpretação desse fato que implica uma percepção social da objetividade.

Essa objetividade, segundo Adelmo (1989), oferece uma infinidade de aspectos e dimensões para serem selecionadas. O material que constitui o fato é objetivo. A sua escolha e interpretação, porém, depende da subjetividade do sujeito. Ou seja, por mais que exista a objetividade no fato em si, ela acaba sendo derrubada pela subjetividade exercida pelo sujeito desde a seleção do que noticiar até a escolha de como veicular a informação. Sobre essa objetividade, o autor ressalta:

A maioria dos autores reconhece que a objetividade plena é impossível no jornalismo, mas admite isso como uma limitação, um sinal da impotência humana diante da própria subjetividade, ao invés de perceber essa impossibilidade como um sinal da potência subjetiva do homem diante da objetividade (FILHO, 1989, p.186).

Essa objetividade no campo do jornalismo revela a importância de falar estritamente o necessário, sem pender para algum lado ou tomar alguma posição sobre o fato abordado.

Essa objetividade implica uma compreensão do mundo como um agregado de “fatos” prontos e acabados, cuja existência, portanto, seria anterior a qualquer forma de percepção e autônoma em relação a qualquer ideologia ou concepção de mundo. Caberia ao jornalista, simplesmente, recolhê-los escrupulosamente como se fossem pedrinhas coloridas (FILHO, 1989, p.188).

A questão da subjetividade não está presente apenas na redação/produção do texto jornalístico, mas antes disso, na escolha dos fatos a serem noticiados. Marcia Veiga da Silva, ao abordar a eleição de pautas e produção de matérias em uma redação de TV, afirma, em sua obra *Masculino, o gênero do jornalismo* que o machismo é um padrão instaurado socialmente e, ainda que de forma não intencional, acaba afetando tanto homens quanto mulheres, e, como os jornalistas não estão fora da sociedade, a eles também.

Aferi que gênero também compunha as visões de mundo que estavam a orientar inconscientemente os jornalistas na produção das notícias em todas as suas instâncias. Entre as pautas, assim como entre os repórteres, havia uma hierarquia de valores correspondentes, e esses valores estavam constituídos de gênero. As concepções de gênero estavam presentes na idealização das matérias, bem como permeavam as escolhas dos repórteres que iriam realizá-las (SILVA, 2014, p.215-216).

As afirmações da autora foram feitas a partir de uma análise realizada dentro de uma redação, que permitiu a melhor interpretação da diferenciação de gênero dentro do ambiente jornalístico. Essa hereditariedade do machismo que está enraizado na sociedade acaba influenciando o meio jornalístico e, claro, é refletido no jornalismo do gênero policial.

Ainda sobre a escolha dos fatos a serem noticiados, Traquina (2013) afirma que a realidade é difundida levando em consideração critérios de noticiabilidade, que norteiam a avaliação para definir se o fato é noticiável ou não e de que modo deve ser veiculado. Esses critérios de noticiabilidade são, segundo Traquina (2013), “o conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou assunto, é suscetível de se tornar notícia” (p.61). Os autores Galtung e Ruge (1965/1993 *apud* TRAQUINA, 2013) enumeram doze diferentes tipos de valores-notícia: a frequência, a amplitude do evento, a clareza, a significância, a consonância, o inesperado, a continuidade, a composição, a referência a nações de elites, a referência a pessoas de elite, a personalização e a negatividade.

O conjunto de valores-notícia pode ser interpretado como fatores que tornem o fato noticioso, ou seja, o que faz com que o fato certamente seja notícia. “Segundo Stephens, as ‘qualidades duradouras’ das notícias são o extraordinário, o insólito (“o homem que morde o cão”), o atual, a figura proeminente, o ilegal, as guerras, a calamidade e a morte.” (TRAQUINA, 2013, p.61).Esses valores-notícia estão presentes desde o processo de seleção das notícias até a sua elaboração.

Traquina (2013) estabelece critérios substantivos (características do acontecimento), contextuais (características do processo de produção das notícias) e de construção (características dentro do acontecimento que devem ser incluídas na notícia) para selecionar os valores-notícia. Dentro de cada um desses critérios, cabe ao jornalista analisar qual deverá ser veiculado e qual não tem tanta necessidade de chegar ao público.

Segundo o autor, “a morte é um valor-notícia fundamental para esta comunidade interpretativa e uma razão que explica o negativismo do mundo jornalístico” (p.76).Além disso, a notoriedade do protagonista do acontecimento, sua relevância e sua notabilidade são



alguns critérios citados como selecionadores de notícias. Escândalos, acontecimentos inesperados ou que fujam do correto também tem lugar garantido nos meios de comunicação.

Como critérios contextuais, o autor cita a facilidade de se cobrir o acontecimento, a quantidade de informações sobre o mesmo assunto veiculadas em determinado espaço de tempo, a visualidade da notícia (fotos, vídeos de boa qualidade e com bom conteúdo), a análise da concorrência e, fundamentalmente, o dia noticioso, ou seja, que acontecimentos ocorreram no dia que são passíveis de publicação. Segundo a construção, Traquina cita fatores como: a fácil compreensão da notícia, a amplificação do acontecimento, sua relevância e sua dramatização.

Os valores-notícia não são imutáveis. Eles variam com relação à localidade, à época em que acontece o fato e de acordo com as políticas editoriais, ou seja, o tempo/espaço que cada veículo de comunicação destina para cada editoria. Com relação ao que deve ou não ser veiculado, Traquina (2013) afirma:

O mundo jornalístico pressupõe uma referência a uma noção de “normalidade” como ponto de referência fundamental. Assim, a ruptura da “normalidade” consegue um lugar de referência do mundo das notícias (TRAQUINA, 2013, p.92).

Uma característica típica do jornalismo moderno é a singularidade dos fatos. Segundo Adelmo Genro Filho (1989), o bom jornalista “objetivo” deve optar pela especificidade dos fatos ao invés de generalizá-los ou adjetivá-los.

### 3. JORNALISMO E INTERNET

O jornalismo online, também conhecido como ciberjornalismo, jornalismo eletrônico, jornalismo digital, jornalismo on-line e webjornalismo é toda forma de informação jornalística veiculada na internet. Nos últimos anos, a *web*<sup>1</sup> tem sido a principal fonte de acesso a conteúdo. Isso porque o transmite de forma prática, rápida e quase instantânea. O avanço dos *smartphones*, que oportunizou a busca por informação na palma da mão, também foi um fator que auxiliou para que a internet ganhasse tanta credibilidade quando o assunto é jornalismo. Desse modo, se intensificou a criação de portais de notícias por todo o país. Alguns locais, outros regionais, estaduais e nacionais, trazendo informações de acordo com seu objetivo, se tornaram fonte importante de notícias.

No livro “Jornalismo Digital”, de Pollyana Ferrari, é abordada a relação da informação online com o jornalismo. A autora compara os portais de notícias a um shopping, onde se passeia por vários lugares e se adquirem produtos diversos. Na *web*, o receptor acessa diversos portais e absorve aquilo que lhe interessa. Essa falsa busca por informação, segundo a autora, é denominada “pseudoconhecimento”.

O que podemos comprovar é que, como disse Pierre Lévy, “quanto mais informações, mais equivocados ficam os leitores. Criamos uma sociedade com uma consciência sem história, sem passado, voltada para a temporalidade da ‘inteligência artificial’. Vivemos a sociedade da informação que não informa, apenas absorve grandes quantidades de dados” (FERRARI, 2014, p.22).

A autora ressalta, ainda, que o jornalismo online acabou sendo dominado por grandes centros geradores de conhecimentos. Os demais apenas repassariam a informação coletada por alguns. Pollyana afirma que a internet não é uma moda passageira e não haverá retrocesso. Destaca, ainda, que o papel do jornalista nessa mídia em constante mutação é fundamental.

A maioria dos sites jornalísticos surgiram como meros reprodutores do conteúdo publicado em papel. Apenas numa etapa posterior é que começaram a surgir veículos realmente interativos e personalizados (FERRARI, 2014, p.24).

A internet teve um desenvolvimento muito grande em um curto espaço de tempo. Atualmente, qualquer pessoa pode transmitir informação de onde estiver. Com essa facilidade, é comum ouvir-se a errônea frase “Qualquer um pode ser jornalista”, já que todos podem ser transmissores de informação. Nesse sentido, o papel do jornalista soa como

---

<sup>1</sup>Web: nome pelo qual a rede mundial de computadores ficou conhecida

descartável. Sabe-se, porém, que o profissional de jornalismo não apenas transmite a informação, mas apura dados, busca fontes, checa a veracidade do conteúdo e o transmite de forma qualificada e profissional. Desse modo, o papel do jornalista se torna cada vez mais importante, a fim de transmitir notícias reais, corretas e com credibilidade. Não apenas descartar informação, mas uni-la de forma que seja agradável e de fácil entendimento ao receptor, ou seja, produzir conteúdo de qualidade ao público.

Para a internet, Pollyana define conteúdo como o produto mais buscado pelas pessoas em sites. Ele não se encontra apenas em portais de notícias, mas em inúmeras redes e sites. Por isso, a autora evidencia o desafio do jornalista na web:

Os desafios do jornalismo digital estão relacionados à necessidade de preparar as redações, como um todo, e aos jornalistas em particular, para conhecer e lidar com essas transformações sociais. Além da necessidade de trabalhar com vários tipos de mídia, o jornalismo multimídia precisa desenvolver no repórter uma visão multidisciplinar, com noções comerciais e de marketing (FERRARI, 2014, p.40).

Segundo a autora, as redações online adotaram o ‘empacotamento’ de notícias. O jornalista não é necessário para a apuração de informações, apenas para a reprodução de algum material recebido, somente com pequenas alterações. Essa não é uma característica positiva, levando em consideração o poder dessa recente mídia em constante construção:

Conteúdo original é necessário quando se busca uma audiência significativa para o produto e não simplesmente marcação de território da marca na internet. Uma redação onde seus fundadores entendam a força da mídia e busquem, com uma redação digital, reforçar os princípios da hipermídia de informar não mais de maneira linear, com começo, meio e fim da notícia, mas sim construir matérias múltiplas sobre o mesmo assunto (FERRARI, 2014, p. 56).

Essa reprodução de notícias prontas também é constatada pela autora Sylvia Moretzsohn, em *Jornalismo em tempo real: o fetiche da velocidade*, em que afirma que a maioria das notícias são produzidas por alguns grandes veículos ou agências de notícias e reproduzidas de forma praticamente idêntica nos demais portais. Essa colagem de notícias prontas desmerece um veículo que, marcado pela instantaneidade, também deveria produzir conteúdo de maneira única.

A autora afirma que a era digital contradiz a importância de uma apuração rigorosa das notícias. No período da informação instantânea, perde-se a prioridade de veicular informações concretas e de maneira correta, a fim de publicá-las instantaneamente. Além disso, essa busca pela informação em tempo real faz com que os jornalistas desmembrem uma

mesma notícia, a fim de publicá-la o mais rápido possível e por repetidas vezes, acrescentando poucas informações realmente novas a cada nova publicação sobre um mesmo caso.

Para Moretzsohn (2000), a informação tem se transformado em mercadoria. O valor de uso das notícias não engloba apenas a informação veiculada, mas a relação entre a necessidade do ser humano e o que pode ser oferecido a ele. “Pois, como se sabe, jamais se consome o produto apenas, mas todos os valores extras que lhe são atribuídos: *status*, bom gosto, poder, beleza, juventude, etc”, afirma Moretzsohn.

Além de ter se tornado uma mercadoria, a informação passou a ser cada vez mais instantânea. Essa pressão das redações pelo jornalismo em tempo real faz com que, muitas vezes, as notícias acabem perdendo características essenciais para sua compreensão e correta conclusão.

A orientação para o repórter é nunca ficar com informação ‘parada’: ao receber uma notícia, deve automaticamente repassá-la. O repórter pode ir atrás dos detalhes depois mas, antes, deve divulgar o material que acabou de receber. É muito frequente, no entanto, que isto [a busca de detalhes, e mesmo a checagem] não aconteça. Para se apurar uma notícia é preciso um mínimo de tempo - e muitas vezes o volume de *releases*, balanços de empresas e documentos que chegam à mesa do repórter, e cuja divulgação tem de ser feita o mais rapidamente possível, não permite a apuração de mais detalhes sobre a notícia divulgada inicialmente (MORETZSOHN, 2000, s/p).

Essa necessidade pela informação sendo veiculada a todo o momento obrigou os profissionais do jornalismo a também se atualizarem não só com relação à maior demanda de notícia, mas com relação aos meios que utilizam para a produção do conteúdo. O advento da internet e seu rápido desenvolvimento forçaram os jornalistas adeptos do papel a buscarem essa atualização em noções de informática, a fim de permanecerem em seus empregos. Ainda que tenha tomado enormes proporções na vida das pessoas, as questões do meio digital não podem ser a única preocupação dos profissionais, uma vez que:

Jornalistas precisam estar informados e formados, pois, enquanto colhem notícias, têm de exercer uma atividade intelectual que exige conhecimento, discernimento, reflexão, bom-senso e outras habilidades bem diferentes de apertar botões e repetir, infinitas vezes, as mesmas operações – aliás, o computador só consegue fazer sempre as mesmas operações! Além do mais, o jornalismo é movido pela importância que tem a informação e pode ajudar o receptor a entender melhor o mundo em que vive, a formar juízos de valor e a se aproximar do resto da humanidade (BARBEIRO; LIMA, 2013, p. 54).

A exclusividade de produzir conteúdo, função dos jornalistas, porém, encontra uma barreira quando o assunto é informar de maneira completa e concreta: o tempo. Barbeiro e

Lima caracterizam o tempo linear (off-line) como o tempo que permite a reflexão, enquanto o tempo simultâneo digital seria o do reflexo.

Mesmo com toda a tecnologia digital disponível, o jornalismo depende da velha e boa reflexão, bem como da investigação, da acurácia e da divulgação. Essa barreira qualitativa não foi e não será rompida, porque faz parte da própria essência do jornalismo, ainda que as mudanças quantitativas continuem aceleradas e mal percebidas por quem as endeuza. Como lembra o professor Ciro Marcondes Filho, o computador atua como um superpatrão que exaure mais os jornalistas, pois tem o total controle de sua produção nas redações (BARBEIRO; LIMA, 2013, p. 56,57).

Em uma sociedade que consome e produz informação nova a todo o momento, muitos jornalistas são levados a desempenhar um papel cada vez mais superficial e menos voltado para sua real função, que é trazer notícias com informações que contribuam para o caso, respondam ao *lead* noticioso e transmitam conteúdo com credibilidade.

Essa avalanche arrasta consigo uma boa parte dos jornalistas que, por desconhecimento, comodismo ou necessidade de dupla jornada, abandonam o desenvolvimento de uma base intelectual capaz de dar suporte às mudanças socioeconômicas abatidas sobre a profissão (BARBEIRO; LIMA, 2013, p. 58).

Nem só de pontos negativos, porém, se desenvolve a internet. Afinal, foi com o advento do meio digital que as notícias ganharam o poder de tornarem-se cada vez mais portáteis. Heródoto Barbeiro e Paulo Rodolfo de Lima afirmam em *Manual de jornalismo para rádio, TV e novas mídias* que, devido à nova era digital pela qual a sociedade passa, o jornalismo passa por uma reinvenção.

Graças às novas ferramentas, a produção de notícias tornou-se muito mais barata, e o Estado não precisa fazer concessões para que uma empresa, uma ONG ou um cidadão possa abrir um espaço na web para emitir textos, áudios, vídeos, ou, então, “abrir” uma rádio, uma TV, um jornal ou uma revista eletrônica, isso sem falar dos blogs e de outros espaços na internet (BARBEIRO; LIMA, 2013, p. 30).

Apesar das características negativas abordadas, a evolução do jornalismo e o desenvolvimento da mídia digital têm muitas consequências positivas não só aos jornalistas, mas também ao público que recebe a informação veiculada. Entre as qualidades do jornalismo digital, está a interação, que permitiu ao jornalista buscar conteúdo em diferentes plataformas e dialogar com o receptor da informação.

Existe a possibilidade de se promover enquetes sobre temas relevantes, bem como um mural, para que os comentários sejam postados. Com isso, é possível detectar o perfil de interesse do público, ainda que ele não seja determinante para a seleção das reportagens publicadas (BARBEIRO; LIMA, 2013, p. 31).

Os autores alertam, como apresentado anteriormente, para o risco de o papel do jornalista ser deixado de lado em preferência às novas tecnologias. Acima dessa suposição, existe a importância do profissional em não apenas informar, repassar informação, mas sustentá-la de maneira que seja conferida como verdadeira. Além disso, o papel de desenvolver conteúdo continua a cargo do jornalista, enquanto os meios digitais apenas o armazenam. Essa produção de conteúdo requer não só a informação, mas a formação do profissional. Por mais que qualquer um possa produzir conteúdo devido à facilidade que os meios digitais oferecem, apenas jornalistas de formação têm a capacidade de produzir notícias de forma aprofundada, correta e comprometida com a verdade, pois estudaram para isso.

Essa formação e capacidade de produzir notícias de qualidade devem ser reproduzidas em todos os gêneros jornalísticos. No gênero policial, por exemplo, há a necessidade de ouvir mais de uma fonte, a fim de conhecer os vários lados de um mesmo caso, além do cuidado com a preservação das vítimas, bem como preservação da identidade do acusado, fatores éticos jornalísticos e legais.

O jornalismo policial no meio online se envolve em um emaranhado de informações. Em cidades menores ou interioranas, o gênero policial é uma das especializações em que mais se buscam notícias. Por isso, muitos portais de cidades do interior se desenvolvem baseados nesse tipo de informação. Apesar de não ser o único assunto discutido, está entre os principais, por gerar mais acessos. Devido a isso, é importante ser criterioso para avaliar quando uma notícia traz a informação e quando a sensacionaliza em busca de novos leitores. Em muitos casos, falta compromisso do portal de notícias com o público, mesmo que isso traga credibilidade e seja uma forma de aumentar suas visualizações.

Quando os casos ocorrem na internet, a característica é ainda mais presente. Isso porque o meio online é mais prático, veicula de forma mais sucinta a informação. O jornalismo acaba sendo espetacularizado para buscar novos leitores. Por isso, fica mais nítida a presença de aspectos que tornem uma manchete policial machista, por exemplo. O jornalismo policial no meio online mantém a praticidade e busca a instantaneidade. Devido à rapidez com que se deve ser feita a publicação de notícias, acabam-se perdendo muitas vezes características essenciais para a veiculação do jornalismo, como a apuração aprofundada dos fatos e a imersão no assunto abordado.

O jornalismo online, que pressiona os repórteres pela publicação em tempo real, pode acabar tornando o veículo mais suscetível a erros como a imprecisão e a falsidade. Quando a notícia envolve crimes, como casos de violência contra a mulher, tema abordado neste trabalho, essa instantaneidade é refletida nas telas dos portais de notícias, assim como os erros cometidos pela busca por informação em tempo real. Quando são relatados casos de violência contra a mulher, vários cuidados devem ser tomados pelo profissional, desde a apuração até a veiculação do caso, como será abordado no capítulo a seguir.

#### 4. VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

A mulher tem desempenhado papéis cada vez mais influentes na sociedade brasileira. As lutas feministas ajudaram para sua participação nas decisões e em áreas como a economia e a política, por exemplo. Em 1827, as mulheres conquistaram o direito de frequentar escolas, ou seja, puderam estudar. Até então, as instituições eram proibidas a elas. Em 1932 as mulheres garantiram, pela primeira vez no Brasil, o direito ao voto. Essas foram algumas das primeiras conquistas femininas no país. Desde então, várias reivindicações foram articuladas a fim de buscar um espaço maior para o gênero na sociedade.

Mesmo com tantas conquistas e lutas, os casos de violência contra a mulher continuam tendo índices altíssimos no Brasil. Segundo dados da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), entre janeiro e outubro de 2015, foram registradas 63.090 denúncias de violência contra a mulher, o que corresponde a um relato a cada sete minutos no país. A pesquisa foi feita baseada nas denúncias recebidas pelo Ligue 180. Muitos desses casos não chegaram a ser veiculados, provavelmente por ser considerado de pouca importância ou baixa repercussão. Dentre os poucos que foram divulgados, muitos apresentaram problemas em sua veiculação, seja de apuração ou de concepções machistas na redação, que acabam muitas vezes justificando a violência. O problema é que a falta de divulgação desses casos e sua incorreta veiculação geram graves consequências, entre elas, o feminicídio<sup>2</sup>. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), no ano de 2015 a taxa de feminicídio foi de 4,8 para cada 100 mil mulheres, a quinta maior do mundo.

Ainda segundo dados da SPM-PR, dos casos de violência registrados, 85,85% ocorreram em ambiente doméstico e familiar da vítima. Das mulheres, 77,83% tem filhos e mais de 80% deles presenciaram essas situações de violência. Ou seja, a violência começa dentro de casa e é passada de geração a geração. Herança do patriarcado, o gênero feminino é considerado menor, menos importante e representativo. E é essa cultura machista que acaba sendo reproduzida na sociedade e, por consequência, no jornalismo, que faz parte dela.

---

<sup>2</sup>Feminicídio: Morte de mulheres em casos de violência contra o gênero



O sociólogo francês Pierre Bourdieu traz a construção simbólica de “dominação masculina”, que defende que as relações são socialmente instituídas em uma relação entre dominante e dominado (TEDESCHI, 2015). Essa dominação separa as funções determinadas à figura masculina e à feminina. A construção cultural desse conceito faz com que ele seja naturalizado, como se o poder de superioridade fosse tradicionalmente masculino.

Bourdieu enfatiza ainda que a dominação masculina centrada na dominação simbólica é o princípio que justifica e legitima as demais formas de dominação/submissão, exercitadas de maneiras singulares e múltiplas e, sendo diferentes em suas formas segundo a posição - social, geográfica, espacial, étnica, de gênero – dos agentes envolvidos (TEDESCHI, 2015).

Apesar de a violência contra a mulher ser tão antiga quanto a humanidade, somente há poucos anos começaram a ser buscadas medidas para prevenir e punir esses tipos de crime. A lei 11.340, que ficou conhecida como Lei Maria da Penha, foi sancionada em agosto de 2006 buscando punir com maior rigor esse tipo de violência. Segundo o Código Penal, citado no Mapa da Violência, essa lei:

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências (WAISELFISZ, 2015, p. 7).

Na Lei Maria da Penha, são encontradas disposições que prevêm proteção à vítima e punição ao acusado em casos de violência doméstica e familiar, assistência a quem sofre a violência e execução de medidas protetivas contra o autor. Além disso, em 2015 foi sancionada a Lei do Femicídio, que pune casos de homicídios a mulheres pela condição de gênero e classifica o crime como hediondo.

Mesmo com a criação de tantas leis de apoio às mulheres nos últimos anos, uma pesquisa da percepção da sociedade sobre violência e assassinatos de mulheres<sup>3</sup>, publicada pela agência Patricia Galvão, mostrou que metade da população considera que a forma como a justiça pune não reduz a violência contra a mulher. Outra pesquisa publicada pela agência

---






<sup>3</sup> Pesquisa: Percepção da sociedade sobre violência e assassinatos de mulheres (Data Popular/Instituto Patrícia Galvão, 2013). Disponível em: [www.agenciapatriciagalvao.org.br](http://www.agenciapatriciagalvao.org.br)

em setembro de 2016 sobre a percepção sobre violência sexual e atendimento a mulheres vítimas nas instituições policiais mostrou que 85% das mulheres brasileiras têm medo de sofrer violência sexual.

Segundo o Mapa da Violência 2015, em 2013 foram registrados 4.762 assassinatos a mulheres no Brasil. Destes, 50,3% dos casos foram cometidos por familiares, dos quais 33,2% eram companheiros ou ex-companheiros das vítimas. A mesma pesquisa sobre a percepção da sociedade sobre violência e assassinatos de mulheres relatou que a população acredita que 70% das mulheres sofrem mais violência dentro de casa do que em espaços públicos.

Em 2014, a população feminina ultrapassou os 103 milhões de mulheres. Alguns anos antes (2010) uma pesquisa realizada pelo Instituto Patrícia Galvão mostrou que uma em cada cinco mulheres considera já ter sofrido alguma vez algum tipo de violência por parte de algum homem, conhecido ou desconhecido. Essa mesma pesquisa mostrou que cinco mulheres são espancadas a cada dois minutos no Brasil. A agência Patrícia Galvão elaborou um cronômetro da violência contra as mulheres no Brasil, que revela as seguintes informações:

#### Cronômetro da violência contra as mulheres no Brasil

-  **5 espancamentos a cada 2 minutos.**  
Fundação Perseu Abramo/2010
-  **1 estupro a cada 11 minutos.**  
9º Anuário da Segurança Pública/2015
-  **1 feminicídio a cada 90 minutos.**  
Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil (Ipea/2013)
-  **179 relatos de agressão por dia.**  
Balanço Ligue 180 - Central de Atendimento à Mulher/jan-jun/2015
-  **13 homicídios femininos por dia em 2013.**  
Mapa da Violência 2015/Flasco

Dados compilados no Dossiê Violência contra as Mulheres: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/>



Figura 1: Cronômetro da violência contra a mulher. Fonte: Instituto Patrícia Galvão

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) Mulheres, uma em cada três mulheres no mundo sofrem algum tipo de violência em algum momento de suas vidas. O instituto Patrícia Galvão afirma, ainda, que:

A persistência das discriminações contra as mulheres revela a necessidade urgente de um profundo olhar sobre suas raízes associado a um maior compromisso para coibir normas que fixam lugares rígidos para mulheres e homens na sociedade e que agem como fortes barreiras para a efetivação de direitos. As desigualdades de gênero estão, ainda, nas raízes de sofrimento físico e mental, violação e morte que atingem bilhões de mulheres de todas as idades, raças, etnias, religiões e culturas (INSTITUTO PATRICIA GALVAO, 2001).

Adoutora em Sociologia pela Universidade de Michigan e ex-ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (Seppir), Luiza Bairros, afirma que “Não é a violência que cria a cultura, mas é a cultura que define o que é violência” (INSTITUTO PATRICIA GALVÃO, 2001). Ou seja, é a sociedade que define como a violência será retratada e executada pelas pessoas. Quando a violência envolve as mulheres, essa cultura é ainda mais presente, levando em consideração a cultura machista em que a sociedade ainda se encontra. Apesar de tantos avanços, ainda há muita discriminação em relação ao gênero no país.

Segundo Pierre Bourdieu, citado por Tedeschi (2015) é preciso desconstruir o discurso machista perpetuado ao longo da história, ação que o sociólogo intitula de “descolonizar o feminino”. Esse discurso necessita de uma reconstrução, com bases igualitárias, que empodere as mulheres e apague o capítulo de práticas sobre e contra o gênero. De certo modo, as próprias mulheres já buscam essa desconstrução, empoderando-se, escrevendo seu lugar na história de maneira igualitária ao gênero masculino.

#### 4.1 COMO A VIOLÊNCIA É VEICULADA

A mídia em geral e, particularmente, a imprensa desempenha papel fundamental na sociedade. Por isso, é função dos meios de comunicação não apenas informar, mas manter sua responsabilidade social perante os receptores. Quando o assunto é a violência contra a mulher, não é diferente. É obrigação do profissional alertar e conscientizar o público a respeito do crime.

O Instituto Patrícia Galvão (2001) elaborou um dossiê online com o tema Violência contra as Mulheres. O objetivo é contribuir para o aprofundamento do debate sobre o tema nos meios de comunicação. O conteúdo é multimídia e está disponível na *web*, apresentando fatos, pesquisas e indicações de fontes qualificadas sobre o assunto. Entre os dados, revela que, em relação a 2013, os crimes em geral contra as mulheres cresceram 89% nos últimos cinco anos (dados da Pesquisa de Opinião Data Popular/ Instituto Patrícia Galvão). Para abordar esses casos, o dossiê ressalta que a mídia e a imprensa em geral possuem atribuições: definir a agenda de debates, influenciar a opinião pública, sensibilizar formuladores e gestores de políticos e monitorar políticas públicas.

Dessa forma, a imprensa tem a responsabilidade social de alertar, conscientizar e sensibilizar a respeito da gravidade do problema da violência contra as mulheres e também ao contextualizar o problema e cobrar dos órgãos responsáveis a qualidade e abrangência dos serviços prestados (INSTITUTO PATRICIA GALVÃO, 2001).

O Dossiê revela, ainda, o que a imprensa pode fazer para tratar de forma justa os casos de violência contra a mulher. Para veicular um crime, se deve informar a magnitude do caso e, em nenhuma hipótese, tentar minimizá-lo; divulgar os serviços disponíveis para ajudar a outras mulheres que passem pelo mesmo caso ou pessoas que desejem denunciar; buscar causas, fatores e relações; acompanhar os debates sobre as propostas legislativas sobre o tema. O Dossiê também aborda a importância para o jornalista em relatar os casos de violência em primeira pessoa, porém os cuidados que se deve ter para isso:

Alguns cuidados são necessários para evitar que a repetição da violência sofrida acabe se tornando um novo trauma para a pessoa que é entrevistada. Além dos preparativos que toda/o profissional deve fazer antes de redigir uma matéria, como ler a respeito do assunto e conversar com especialistas, é preciso cuidado redobrado ao entrevistar uma mulher ou menina que viveu uma situação de violência. Deve-se ter em mente que a experiência da violência é extremamente dura e permanece viva durante muito tempo na mente e na vida da vítima. Mesmo que ela tenha consentido previamente em conversar com a/o jornalista, a entrevista pode fazê-la reviver a violência, o que pode ser extremamente difícil ou até insuportável para ela, que pode mudar de ideia e desistir de conceder a entrevista, decisão que deve ser respeitada (INSTITUTO PATRICIA GALVAO, 2001).

A Organização Não-Governamental (ONG) Think Olga lançou em maio de 2016 um minimanual do jornalismo humanizado, que auxilia os jornalistas a como noticiar casos de violência contra a mulher. O objetivo do manual é evitar erros clássicos que são cometidos em notícias relacionadas às mulheres e, com isso, combater a cultura da violência e acabar com a perpetuação do discurso de ódio.

O papel dos veículos de comunicação é fundamental na construção da cultura de um país. O jornalismo, em especial, por sua posição de confiança e virtude informativa, é capaz de legitimar discursos e práticas concomitantemente à transmissão de notícias. É por essa capacidade que salientamos a importância de um jornalismo livre de preconceitos, ainda que aqueles que estão por trás dos furos não o sejam (ONG Think Olga, 2016, p. 5).

O minimanual é dividido em quatro partes: violência contra a mulher, racismo, transfobia e estereótipos nocivos e traz exemplos de erros e acertos de jornalistas em veículos de comunicação ao abordar os fatos. Entre as principais contra-indicações para interpretar esses casos está a romantização dos fatos:

Essa é a principal falha nas matérias jornalísticas que abordam tanto violência doméstica quanto feminicídios. Se por um lado as vítimas de estupro têm sua conduta posta à prova na busca machista por razões que a responsabilizariam pelo crime, agressores e assassinos de mulheres têm o seu passado revirado em busca de bons antecedentes que revelem sua violência como um traço de loucura. O fato é que sua notoriedade se dá pelo crime que cometeram. Por isso, é preciso ter cautela para não minimizar a gravidade dos seus atos (ONG THINK OLGA, 2016, p. 18).

Outra dica para publicar os casos de violência contra a mulher, segundo a ONG, é não usar expressões que, de certa forma, culpem a vítima pela agressão, ou buscá-la após o acontecimento e julgá-la por suas atitudes depois que sofre a violência.

As mulheres que decidem denunciar a violência que sofreram são colocadas sob um holofote e todos os seus passos são acompanhados na busca de sinais que provem que a sua versão dos fatos é uma mentira. Mas não existe protocolo em relação ao comportamento de uma mulher após sofrer uma violência. A ideia de que ela obrigatoriamente deve agir de maneira triste ou deprimida é, mais uma vez, colocar o foco sobre ela, minimizar a violência sofrida e atenuar a gravidade da agressão (ONG THINK OLGA, 2016, p. 21).

O minimanual ressalta a importância de, quando citado o crime, utilizar os nomes próprios ao invés de nomes que possam minimizar os crimes. Ou seja, relatar quando é estupro e feminicídio usando os termos próprios. Essa tentativa de redução de impacto acaba alterando o sentido do crime, que pode ser interpretado de forma incorreta. Outra estratégia, principalmente para o jornalismo online, é utilizar a notícia para relacionar a outros casos (hiperlinks), juntamente com possíveis formas de denunciar esses tipos de violência.

Se os meios de comunicação colaboram na atenuação de sua reportagem, eles ajudam a alimentar essa realidade. As mudanças aqui sugeridas podem parecer sutis, mas na verdade são cruciais para que esse crime seja descrito noticiosamente de forma mais humana e justa com as vítimas (ONG THINK OLGA, 2016, p. 7).

Nota-se, em casos veiculados no jornalismo online, o quanto a internet auxilia no combate a esses tipos de crime. Quando bem aproveitado, o caso pode ser veiculado

acrescentando os hiperlinks de crimes relacionados, mostrando o quanto eles ocorrem. Também é possível acrescentar contatos (telefone, e-mail, entre outros) que possibilitem a denúncia desses crimes. Dessa maneira, o jornalismo não só noticia a violência, mas colabora para, de alguma maneira, coibir que casos parecidos voltem a acontecer.

Sobre os casos específicos do portal de notícias G1, abordados no presente trabalho, o próximo capítulo apresenta a análise de conteúdo. Nela, são trazidos os métodos utilizados e as categorias (sexualização do estupro, romantização do crime e desmerecimento da vítima) selecionadas para a abordagem realizada.

## 5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ANÁLISE

O presente trabalho de conclusão de curso baseou-se em analisar de que forma a vítima mulher é caracterizada pelo jornalismo online em notícias sobre violência de gênero. Inicialmente, foi abordado mais amplamente o assunto, retratando a violência contra a mulher, o jornalismo policial e o jornalismo online. Após, a fim de iniciar a análise de conteúdo, metodologia escolhida para coletar os dados e abordar as diversas facetas dos casos veiculados, iniciou-se a busca por portais de notícias de grande circulação no país.

Primeiramente, foram escolhidos três veículos de grandes emissoras brasileiras: Record (R7), Bandeirantes (UOL) e Globo (G1) para uma semana de análise. Entre os dias 22 e 28 de agosto foram coletadas notícias que abordam diferentes crimes em que a vítima é mulher. A partir daí, foi escolhido o portal de notícias da emissora Rede Globo (G1). O veículo foi selecionado por possuir maior número de notícias sobre o tema, além de abordar casos de todo o país, enquanto os outros dois portais veiculavam menos casos de violência contra a mulher, bem como casos ocorridos em cidades maiores ou crimes mais graves (como homicídio e feminicídio, por exemplo).

No movimento seguinte, foram coletadas setenta e três notícias que abordem exclusivamente diferentes crimes em que a vítima é mulher. Ou seja, foram veiculados no G1 setenta e três diferentes notícias de violência contra a mulher. Além disso, outras sete foram veiculadas com relação a um mesmo crime, ou seja, o mesmo crime foi retratado duas vezes pelo portal. A maioria são casos de abuso sexual (30) e feminicídio (15). Nesta decupagem, foram separadas as notícias que abordavam diferentes crimes, a fim de analisar quantos casos são veiculados, frente ao número de casos que realmente acontecem diariamente no Brasil.

Foi após a decupagem das notícias, leitura e observação individual que foi selecionado o método utilizado para a análise do material selecionado. A metodologia escolhida foi a análise de conteúdo, que aborda a notícia propriamente dita e suas vertentes.

#### 4.1 MÉTODO UTILIZADO

Para examinar as notícias selecionadas do portal, o método de análise eleito foi a análise de conteúdo. Bardin (2011) explica, em sua obra *Análise de conteúdo*, a diferença entre linguagem e língua, a fim de mostrar o objeto de estudo da análise de conteúdo:

O objeto da linguística é a língua, quer dizer, o aspecto coletivo e virtual da linguagem, enquanto que o da análise de conteúdo é a fala, isto é, o aspecto individual e atual (em ato) da linguagem (Bardin, 2011, p.49).

A autora aborda, ainda, os passos para se fazer uma análise de conteúdo. A organização da análise de conteúdo se inicia por uma pré-análise, que se trata da escolha do material a ser submetido à análise e a formulação de hipóteses para a elaboração de indicadores para a interpretação final. Dentro dessa pré-análise, é realizada a leitura flutuante que, segundo Bardin, é um primeiro contato com o conteúdo a ser analisado. Nessa etapa é traçado o objetivo da análise que, no caso do presente trabalho de conclusão de curso, foi analisar de que maneira a vítima mulher é abordada nas notícias de diferentes tipos de crimes contra a mulher no portal de notícias G1.

Após a primeira parte da análise, os dados apurados são codificados e agregados em unidades, as chamadas unidades de registro, citadas na próxima unidade, que permitem uma melhor descrição de características pertinentes no conteúdo analisado. Essas unidades de registro podem ser palavras, temas, objetos ou referentes, personagens, acontecimentos ou documentos. No presente trabalho, as unidades de registro selecionadas correspondem a temas que são considerados pertinentes dentro do conteúdo.

A análise de conteúdo subdivide-se em quantitativa e qualitativa, ambas efetuadas na unidade a seguir. A primeira aborda a frequência de algum tema ou de algum conteúdo específico dentro desse grande assunto. É denotada, normalmente, por tabelas e porcentagens, além de números que denotem sua periodicidade. Já a análise qualitativa apresenta características particulares. É ela que permite deduções e inferências no conteúdo analisado. Normalmente dotada de hipóteses, essa análise busca afirmá-las ou ir contra elas, dependendo da maneira como o conteúdo analisado se apresenta no texto.



## 5.2 ANÁLISE DE CONTEÚDO

Após uma semana de decupagem de notícias no portal G1, chegou-se ao *corpus* da pesquisa. Foram analisadas as informações recolhidas para análise quantitativa e qualitativa do material. A análise quantitativa baseou-se em separar o material por números: quantia de crimes, tipos de crimes conforme ocorrência. Já a análise qualitativa tomou por método analisar de que maneira foi abordada a vítima nas notícias selecionadas, de acordo com o objetivo de pesquisa proposto.

O primeiro passo da análise quantitativa foi separar as notícias por crimes. Essa seleção levou à conclusão de que a maioria das informações veiculadas envolve o crime de estupro (29 dentre as 73 notícias do *corpus*). Destes, sete foram efetuados com roubo, um com cárcere privado e outro com tentativa de feminicídio. Na maioria dos casos, os acusados foram detidos (22), e a maioria dos estupros foram cometidos por desconhecidos das vítimas (18), mas também foram relatados casos em que o acusado é familiar da vítima, como pai, padrasto e avô.

Do portal de notícias também foi retirada uma grande quantidade de crimes de feminicídio e homicídio, a segunda maior quantidade de notícias veiculadas (18). Destes, a grande maioria foi cometida por companheiros ou ex-companheiros das vítimas (13) e, em três casos, o acusado já tinha casos anteriores de agressão. Em dois deles, a vítima já possuía medida protetiva contra o acusado. Na maioria dos casos, o autor foi detido (12) e, em uma ocorrência, o autor cometeu suicídio após o crime.

Além disso, também foram registradas notícias veiculadas sobre crimes como agressão, tentativa de homicídio e ameaça. A maioria dos casos registrados foi causada por ex-companheiros ou companheiros das vítimas (22) e, na maioria dos casos, os acusados foram detidos (16). Em dois desses casos veiculados de crimes diversos, as vítimas já tinham medida protetiva contra os acusados.

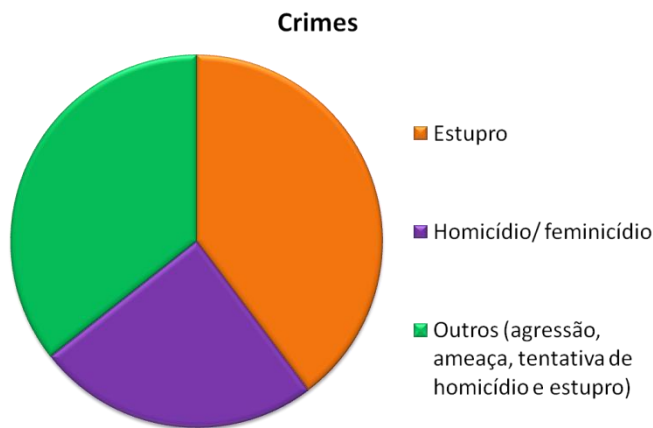


Gráfico 1: taxas de crimes veiculados no portal de notícias G1

No gráfico acima, pode-se notar o quanto o estupro domina as páginas de violência contra a mulher, seguido por outros tipos de crimes, como agressão e ameaça e o feminicídio e homicídio, quando os casos chegam à sua última consequência, a morte. Além disso, também foi possível analisar a relação da vítima com o acusado nos casos veiculados. Com isso, chegou-se à seguinte conclusão:

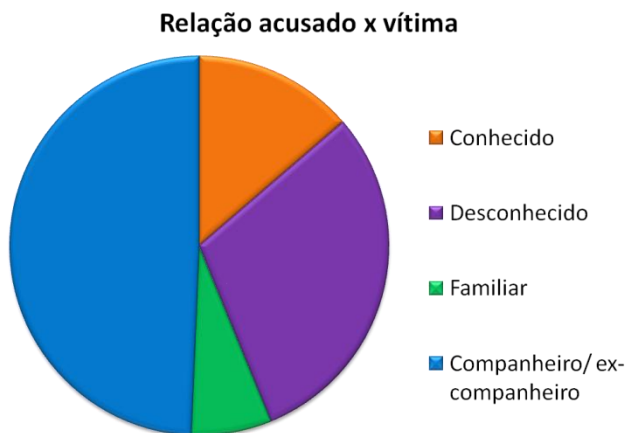


Gráfico 2: relação entre a vítima e acusado nos crimes veiculados

No gráfico acima se pode notar que quase metade dos casos veiculados tem como autor companheiros ou ex-companheiros das vítimas, além dos casos em que os acusados são abordados como conhecidos da vítima, mas podem ser companheiros ou ex-companheiros, ainda que isso não seja citado. Ou seja, a violência parte de quem possui relação e convívio direto e relação de afeto com a vítima. Os acusados desconhecidos, segundo maior número apurado, são normalmente encontrados em casos de estupro, tentativa de estupro ou estupro coletivo. Em alguns desses casos, o crime é seguido de roubo ou cárcere privado. Também há

casos relatados de crimes ocorridos por conhecidos das vítimas e por familiares, como pai, padrasto e avô.

A partir da análise quantitativa, dos referenciais teóricos e, principalmente, do manual de jornalismo humanizado produzido pela ONG Think Olga e da pauta da violência desenvolvida pelo Instituto Patrícia Galvão, foi decidido relacionar as ocorrências citadas nas fontes com as notícias selecionadas. O veículo analisado demonstrou, durante a semana em que foram separadas as informações relacionadas ao tema, grande recorrência de casos que coincidem com atitudes citadas pelos manuais escolhidos.

A partir daí, foram escolhidas as categorias, unidades de registro e critérios de inclusão de fatores que se mostraram muito presentes nas notícias analisadas, frente à quantidade de casos veiculados.

Categoria	Unidade de registro	Critérios de inclusão
Desmerecimento da vítima	Uso de expressões textuais que desqualificam versão da vítima	Quando a/o jornalista, ainda que sem perceber, usa expressões ou frases desnecessárias para a narração do crime, que julgam a vítima
Sexualização do estupro	Uso de termos como sexo, relação sexual para estupro	Quando a/o jornalista romantiza o crime de violência sexual, caracterizando-o como sexo, por exemplo.
Romantização do crime	Uso de expressões que romantizam o crime	Quando a/o jornalista romantiza o crime, usando como motivação ciúmes, ou outras características que não justifiquem o ato.

Tabela 1: Categorias de análise, unidades de registro e critérios de inclusão.

Com relação à linguagem utilizada nas notícias veiculadas, há notícias que retratam de maneira imprecisas casos de violência contra as mulheres, se considerarmos as

recomendações apontadas pelo Instituto Patrícia Galvão, pela ONG Think Olga e pela ONU Mulheres. No meio online, onde se perde parte da qualidade de informação e veiculação das notícias pelo fetiche da informação em tempo real (MORETZSOHN, 2000), esses casos são encontrados com frequência. A seguir, descrevemos as categorias de análise apresentadas no quadro, abordando de maneira mais aprofundada a linguagem utilizada e o conteúdo produzido, com nossas interpretações especialmente à luz dos manuais mencionados.

#### 4.2.1 Sexualização do estupro

O caso com expressões consideradas indevidas, segundo os manuais analisados, mais visíveis é o estupro, onde os redatores por diversas vezes parecem confundir este tipo de crime com sexo. Esse crime, porém, não deveria ser considerado em nenhum momento essa prática, pois não ocorre com o consentimento das duas partes. Segundo o minimanual do jornalismo humanizado da ONG Think Olga, substituir o crime por uma prática consensual, como sexo, é suavizar o ato e, de certa forma, diminuir a gravidade do crime.

Estupro não é sexo. Sexo é consensual. “Suavizar” este fato, substituindo estupro por “obrigou a fazer sexo” ou usar o mesmo termo de uma prática consensual, como sexo oral, é diminuir a gravidade do crime. Não é sexo para a vítima (ONG THINK OLGA, 2016, p.10).

Em uma notícia de um estupro coletivo, intitulada como “Polícia investiga suspeita de estupro coletivo na Grande BH” (25/08/2016), o repórter retrata que a vítima “teria sido obrigada a manter relações sexuais com os três homens”. Expressões como “queria ter relações sexuais” ou “a obrigou a manter relações sexuais”, segundo a ONG Think Olga, acabam suavizando o crime, ao invés de retratá-lo como ele realmente é.

Outras notícias, em certos momentos, demonstraram as mesmas expressões ou frases e trechos parecidos que tenham a mesma intenção do acima citado:

À Polícia Civil o indígena disse que a **relação** teria o consentimento da adolescente. [...] O suspeito foi flagrado **tentando ter relações** com a menina. [...] Ao ser interrogado, o suspeito declarou que estava embriagado e que **tentou ter relações sexuais** com a menina. (INDÍGENA É PRESO EM MT SUSPEITO DE ESTUPRAR ADOLESCENTE DE 14 ANOS - 22/08/2016)

O homem a levou para dentro de uma casa em construção e lá a **obrigou a manter relações sexuais** com ele. (MULHER É ESTUPRADA E TEM CELULAR ROUBADO POR HOMEM COM FACA, EM RO - 22/08/2016)

Suspeito tirou a roupa e afirmou **que queria ter relações** com a vítima. [...] O homem dizia que **queria ter relações** com a vítima e caso ela viesse a denunciá-lo, ele a mataria. (HOMEM INVADE QUARTO DE JOVEM, TIRA ROUPA E A AMEAÇA DE MORTE EM RO – 25/08/2016)

Ainda segundo a PM, o pai da jovem contou que, no local, ela **teria sido obrigada a manter relações sexuais** com os três homens. (POLÍCIA INVESTIGA SUSPEITA DE ESTUPRO COLETIVO NA GRANDE BH – 25/08/2016)

Com a barra de ferro **ele tentou manter relação** com a filha da senhora, que configura crime de estupro, e **tentou ainda manter relação** com a idosa. (SUSPEITO DE ESTUPRAR VIZINHA NA FRENTE DA MÃE É PRESO EM GUARAREMA – 28/08/2016)

Segundo o artigo 213 da Lei nº 12.015 do ano de 2009 do Código Penal Brasileiro configura estupro “constranger alguém, mediante violência **ou grave ameaça**, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso” (BRASIL, 2009). Nas notícias, dá-se a entender que apenas o ato consumado configura o crime. Quando ocorre ameaça a praticar o estupro, porém, perante a lei, o ato já é configurado como estupro. Vale ressaltar que, se a vítima for menor de 14 anos, perante a lei, ainda que seja consentido, o caso é enquadrado dentro do crime de estupro de vulnerável. A pena para o crime de estupro varia de 6 a 30 anos de reclusão, conforme a natureza do crime (se envolve lesão corporal, menor de idade ou morte).

O crime de estupro de vulnerável poder ser notado repetidas vezes nas notícias analisadas, inclusive tendo como agressor um membro da própria família da criança ou adolescente. Nesses casos, ainda que consentido pela vítima, o ato é configurado como estupro. Uma notícia publicada no dia 25 de agosto traz, logo no início, que um tatuador é “suspeito de estuprar uma adolescente de 13 anos em troca de uma tatuagem”. Seguindo a leitura do conteúdo, porém, se nota que a nomenclatura do crime é substituída pelo ato sexual.

A menor disse à polícia que ela mesma propôs fazer sexo em troca de uma tatuagem. [...] A menor foi ouvida no plantão policial e confirmou o caso e afirmou ainda que, em troca de sexo, ele faria para ela uma tatuagem no quadril. (JUSTIÇA ACEITA DENÚNCIA CONTRA TATUADOR SUSPEITO DE ESTUPRAR MENOR – 25/08/2016)

Levando em consideração que, em nenhum dos dois momentos, a frase se refere a uma fala direta da adolescente, portanto possível de ser retratada como foi dita, mas apenas uma reprodução do seu depoimento, a palavra “sexo” retira, segundo a ONG Think Olga, o

caráter criminoso do ato. Nesta mesma notícia, é falado sobre o exame feito pelo Instituto Médico Legal (IML), que “constatou que a menina **teve relação sexual**” com o indivíduo. Na verdade, o exame constata que a vítima foi estuprada, pois, apesar de autorizar o ato, tem menos de 14 anos de idade. Além disso, o termo sexualiza o abuso.

#### 4.2.2 Romantização do crime

Casos de violência contra a mulher e, muitas vezes, de feminicídio, apresentam a tentativa de romantizar os crimes. Segundo a ONG Think Olga, isso ocorre quando se utiliza algum termo que envolva a relação entre os companheiros para justificar o crime ou mesmo ressaltar a convivência dos envolvidos no caso. Além disso, não há necessidade de trazer questões ao texto que não agreguem informações ao crime, além de não haver justificativa amorosa para qualquer tipo de crime. Podem-se notar, no portal de notícias analisado, alguns casos que configuram essa conduta.

No dia 22 de agosto, por exemplo, foi publicada a notícia “Homem que agrediu ex-namorada a pauladas é condenado em MG”, que contém o trecho:

Durante depoimento, Quéssio Claudomir da Silva disse **que o motivo de ter agredido a ex-namorada seria um caso de traição**. Leticia Pereira, a vítima, **negou a versão do réu**. Os dois tiveram um relacionamento por mais de dois anos e chegaram a morar juntos. Três semanas após o término, a advogada foi surpreendida em um ponto de ônibus enquanto ia para o trabalho. (HOMEM QUE AGREDIU EX-NAMORADA A PAULADAS É CONDENADO EM MG - 22/08/2016)

Esse caso, além de revelar dados desnecessários, como o tempo de relacionamento do casal e o fato de terem morado juntos, traz a traição como um motivo aceitável para a execução do crime. Essa teoria é sustentada não apenas pelos policiais e pelo júri, mas pelo próprio portal de notícias, ao veicular tal informação. Na construção narrativa do portal, que busca responder às questões do *lead* jornalístico, não há outra motivação para o crime além da traição.

Um caso veiculado em duas notícias diferentes e em dias diferentes é um feminicídio e homicídio ocorrido no Paraná, provavelmente pela proporção e gravidade do crime. A primeira notícia sobre a morte de duas adolescentes, veiculada no dia 23 de agosto, traz que o autor dos crimes, de 17 anos, teria matado uma das jovens, segundo a polícia, “porque ele

gostava dela e não era correspondido”. A afirmação, que justificaria o crime por motivos românticos, é afirmada pela polícia e mantida pelo portal de notícias, ao veicular tal informação.

A notícia veiculada um dia após a divulgação da primeira sustenta essa romantização do crime, falando que “ele disse que matou uma das meninas porque ela não queria um relacionamento amoroso”. Em outro trecho, se fala que “o jovem afirma que o que motivou a morte de Camile foi amor não correspondido”, como se o sentimento pudesse ser motivo para o crime. Nesta mesma notícia, são trazidos depoimentos que ressaltam a gravidade do crime, como de uma colega das vítimas, das professoras da escola onde vítimas e acusado estudavam e de familiares das adolescentes.

Veiculada também no dia 22 de agosto, uma notícia sobre um pai suspeito de abusar da própria filha por 12 anos no estado de Minas Gerais fala que “Segundo o rapaz, o pai era muito ciumento e proibia a filha de sair de casa”. Em outra notícia, veiculada no dia 25 de agosto, o mesmo crime é cometido pelo avô de uma menina de 14 anos, em Alagoas. Nela, é dito que “O avô da adolescente tinha ciúmes dela e proibia que ela se relacionasse com outras pessoas, inclusive com os colegas de escola”. Ainda que no primeiro caso a opinião seja do outro filho do acusado, acaba sendo sustentada pelo portal de notícias, ao ser veiculada de maneira que sustente a ideia de ser aceitável o sentimento de ciúmes dentro do caso de estupro e, nesses fatos, de incesto e abuso de menor. Esse mesmo sentimento também é apresentado como motivação para outros crimes e veiculado no portal de notícias analisado.

Suspeito invadiu residência da ex e botou fogo **por ciúme**. (ME AMEAÇAVA, DIZ MULHER QUE TEVE CASA INCENDIADA POR EX-MARIDO - 22/08/2016)

**A motivação do crime seria ciúmes**, conforme as investigações. [...] De acordo com a Polícia Civil, os dois estavam separados há algum tempo, mas o homem não aceitava o fim do relacionamento. (SUSPEITO DE MATAR EX-COMPANHEIRA A FACADAS SE ENTREGA À POLÍCIA NA PB - 22/08/2016)

Uma jovem de 22 anos acionou a PM pois o **companheiro a agrediu por ciúmes**. [...] O homem confessou aos policiais que havia agredido a jovem por ciúmes, ele foi detido e levado à Central da cidade. (TRÊS HOMENS SÃO PRESOS EM RO POR AGRESSÃO NESTA SEGUNDA, 22 - 22/08/2016)

Conforme a polícia, o garoto disse ter matado Camille porque **ele gostava dela e não era correspondido**. (ADOLESCENTE CONFESSA TER MATADO 2 GAROTAS EM CRUZ MACHADO, DIZ POLÍCIA - 23/08/2016)

Segundo a polícia, o **crime pode ter sido motivado por ciúmes, já que Marlene teria iniciado um novo relacionamento.** (POR CIÚMES, HOMEM MATA EX-MULHER A TIROS DENTRO DE BAR EM MT, DIZ POLÍCIA – 25/08/2016)

Segundo a Polícia Militar, **ele não aceitava o fim do relacionamento com a vítima.** (HOMEM É PRESO EM FLAGRANTE DEPOIS DE AGREDIR EX-MULHER E FILHO DE 2 ANOS – 27/08/2016)

Quando trazidos como uma das motivações para o crime, de acordo com a visão de algum dos envolvidos no caso, porém com uma causa que fundamente o ato, são aceitáveis tais termos dentro de uma notícia. Trazê-los, porém, como a única motivação para o crime não preenche as questões do *lead* que devem ser respondidas dentro da notícia nem fundamentam a ocorrência. Com relação às expressões e motivos que levaram aos crimes, a ONG Think Olga afirma que:

Colocar o amor como o motivo de um assassinato é corroborar a mensagem de que essa violência é um fim esperado para esse sentimento. Agressões, ameaças, surras e assassinatos não são gestos de amor (ONG Think Olga, 2016,p. 19).

Quando os crimes de violência contra a mulher não são punidos ou denunciados, resultam na pior consequência do ato, o feminicídio. Ele ocorre quando o criminoso chega à última circunstância possível do ato, que é a morte. Desde 2015, o Código Penal Brasileiro incluiu o delito aos crimes de homicídio. Segundo a Lei do feminicídio (lei nº 13.104), é enquadrado como feminicídio todo crime de homicídio ocorrido contra a mulher por motivos da condição de sexo feminino, ou seja, em casos de violência doméstica e familiar ou em menosprezo ou discriminação à condição de mulher. Segundo a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Violência contra a Mulher (CPMI – VCM):

O feminicídio é a instância última de controle da mulher pelo homem: o controle da vida e da morte. Ele se expressa como afirmação irrestrita de posse, igualando a mulher a um objeto, quando cometido por parceiro ou ex-parceiro; como subjugação da intimidade e da sexualidade da mulher, por meio da violência sexual associada ao assassinato; como destruição da identidade da mulher, pela mutilação ou desfiguração de seu corpo; como aviltamento da dignidade da mulher, submetendo-a a tortura ou a tratamento cruel ou degradante (CPMI-VCM, 2013).

Desde que foi incluído como crime, o feminicídio raramente é um termo utilizado nas notícias. Normalmente, o crime continua sendo tratado como homicídio. No portal de notícias G1 não é diferente. Algumas notícias trazem o termo correto a ser utilizado, mas outras ainda usam o crime de morte por condição de gênero como homicídio que, na verdade,



é a expressão mais abrangente dos casos. Outras, ainda, não utilizam nenhum dos termos e preferem denominar o crime como assassinato.

Uma notícia veiculada no dia 23 de agosto, por exemplo, intitulada “Ex-marido é preso suspeito de matar mulher na grande BH” traz apenas que “o assassinato aconteceu na Avenida General David Sarnoff”, sem caracterizar o crime como feminicídio. Em contrapartida, um caso veiculado no dia 25 de agosto, de uma mulher morta com dois tiros pelo ex-marido, fala que “Segundo a Polícia Civil, o homem irá responder por crime de feminicídio”. O termo, que foi aceito como crime hediondo desde 2015, precisa ser veiculado a fim de mostrar o quanto há punição para quem comete esses crimes e o quanto as políticas de defesa às mulheres vítimas de violência têm sido aperfeiçoadas.

#### 4.2.3 Desmerecimento da vítima

Outra conduta importante para as boas práticas no jornalismo em notícias de violência contra a mulher, segundo a ONG Think Olga, é não desmerecer a vítima. Isso por que a mulher não precisa de outro tipo de julgamento além de ser vítima, já que o crime foi cometido contra ela. Ainda que indiretamente, porém, algumas frases podem, de certa forma, menosprezar a vítima ou o ato cometido contra ela.

A jovem estava em uma festa com outros rapazes e chegou a ser carregada **bêbada e desacordada** para sua casa, onde os abusos aconteceram. (Bêbada e desacordada, jovem é vítima de estupro coletivo no PI – 27/08/2016)

Ainda de acordo com o boletim de ocorrência, a jovem afirmou que inicialmente teve resistência para registrar o caso, mas decidiu procurar a polícia após conversar com o namorado. **A mãe da vítima afirmou que a jovem é usuária de drogas** (Jovem é sequestrada e relata estupro coletivo em Ribeirão Preto, SP – 26/08/2016)

Falar que a vítima estava bêbada e desacordada ou que a jovem era usuária de drogas não justificam o crime nem colaboram para sua interpretação. São observações que não possuem necessidade de serem veiculadas, pois em nenhum dos casos o estado ou o vício da vítima seriam motivos para que o ato fosse cometido.

#### 4.2.4 Quando o crime se repete

Além das 73 notícias apuradas, foram coletadas outras nove, no mesmo período, que retomavam o mesmo crime, porém com destaque diferente (uma delas acima citada). Os crimes com notícias recorrentes são feminicídio, estupro, incêndio a residência e ameaça. Um caso de estupro seguido de roubo é retomado duas vezes no mesmo dia (25 de agosto), uma trazendo a conclusão do delegado responsável pelo caso, e outra com o depoimento de uma vítima do acusado. Ambas ressaltam a crueldade do autor dos crimes, relatando que a sua motivação era o estupro e o roubo vinha por consequência. Nas duas notícias, também é transmitida a tentativa da redação em obter contato com representantes do acusado, porém sem sucesso.

Um caso de incêndio a residência foi veiculado em duas notícias diferentes no mesmo dia (22 de agosto). Essa segmentação da notícia quando veiculada no meio online é trazida pela autora Sylvia Moretzsohn, em *Jornalismo em tempo real: o fetiche da velocidade*, quando um mesmo fato é desmembrado em mais de uma matéria, pois a informação deve ser publicada assim que é apurada, por isso atualizações sobre o assunto são publicados como nova notícia.

No caso do incêndio a residência, a primeira notícia assemelhou-se a um boletim de ocorrência confeccionado pelos policiais logo após o crime, com as informações do caso ocorrido. Além disso, também sustenta a romantização do crime quando, ainda no título, afirma que o motivo do incêndio seria ciúmes. Já a segunda notícia, publicada algumas horas depois, trouxe o depoimento da vítima, contando que o acusado já a ameaçava. Ambas as notícias trouxeram a importante informação de que a vítima já possuía medida protetiva contra o acusado e, inclusive, já havia registrado todas as vezes em que o mesmo as descumpriu.

Também no dia 22 de agosto foi veiculado um caso invasão de residência e ameaça por parte do ex-companheiro da vítima. Esta primeira notícia lembra, novamente, um boletim de ocorrência policial, trazendo apenas a versão da polícia e dados básicos do crime. Quando o caso volta a ser veiculado, no dia 24, traz juntamente com o conteúdo já transmitido, a conclusão da delegada responsável e, mais uma vez, a informação de que já havia vários inquéritos contra o acusado por violência doméstica. A notícia ainda retrata a revolta da vítima com a reincidência das ocorrências cometidas pelo acusado.

Entre as notícias sobre o mesmo crime veiculadas mais de uma vez, também se pode contabilizar um caso de feminicídio. Este já havia sido veiculado no dia 21 de agosto, um dia antes de se iniciar a presente análise, por isso as duas notícias são, na verdade, desmembramentos de um conteúdo já veiculado. Nesse caso, a primeira notícia foi uma conversa do portal de notícias com a mãe da vítima. É ela que supõe que a filha tenha sido estuprada e morta por negar uma ficada com o acusado. Já a segunda notícia sobre o caso a ser veiculada dentro do período de análise traz conteúdo novo além do que já havia sido transmitido. Nesse caso, é divulgado um vídeo com o momento em que a vítima entra no veículo do acusado. Isso ocorre quando uma mesma notícia produz novos conteúdos passíveis de publicação, ou seja, que possuam relevância suficiente para retomar o caso já veiculado alguns dias atrás.

Outro caso de feminicídio e homicídio foi veiculado em dois momentos diferentes pelo portal de notícias analisado. O crime, ocorrido em Portugal, relata que o acusado assassinou a companheira, a irmã da vítima e sua namorada, que moravam no país há poucos meses. A primeira notícia, publicada no dia 26 de agosto, traz exclusivamente o depoimento da mãe das vítimas irmãs, em que relata que o culpado dos crimes era o atual companheiro da filha mais velha. No final da notícia, mostra-se a tentativa de contato do G1 com a embaixada portuguesa no Brasil. A segunda matéria publicada traz o depoimento da mãe da outra vítima, juntamente com informações da imprensa portuguesa e do Itamaraty que, apesar de desconstruídas, acrescentam veracidade ao caso. Até então, as únicas informações eram relatadas pelas mães das vítimas.

O julgamento de um caso de homicídio doloso também foi noticiado pelo portal de notícias mais de uma vez. Nesse caso, as duas notícias foram veiculadas no mesmo dia, uma para anunciar o julgamento do acusado, que foi a júri popular no dia 25 de agosto, e outra para anunciar a sentença aplicada ao réu. O crime foi enquadrado como homicídio, pois o acusado teria matado sua companheira em um ritual de magia negra, não pela sua condição de gênero, quando seria enquadrado como feminicídio. O que também chama a atenção é a reincidência de crimes cometidos pelo mesmo autor, que já é acusado de outros cinco homicídios em rituais de magia negra.

### 4.3 JORNALISMO DIGITAL E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Sabe-se o quanto o jornalismo evoluiu nos últimos anos. Com o advento da internet, esse desenvolvimento cresceu ainda mais rapidamente. Em poucos anos, as notícias que antes só podiam ser recebidas na televisão, no rádio ou assinando algum jornal impresso, agora podem ser acessadas pelo *smartphone* realizando uma simples busca. Em poucos segundos, a informação está disponível ao público, que também a consome rapidamente e já parte para a busca da nova última notícia.

Com a necessidade de produzir conteúdo novo a todo o momento, acabam-se perdendo características fundamentais para uma boa produção da notícia, como a apuração dos fatos e a busca por mais fontes. Em notícias de violência contra a mulher, como as analisadas pelo presente trabalho, pode-se notar que o fetiche da notícia em tempo real toma o espaço que seria destinado a notícias com apuração detalhada e opiniões de diferentes fontes. Com isso, a informação que chega ao leitor é escassa, com pouquíssimas informações sobre o caso ou apenas dados coletados de uma única fonte.

Com relação às fontes, as notícias analisadas revelam que é comum um conteúdo ser veiculado apenas com a versão policial do crime. Muitas notícias lembram um boletim de ocorrência, confeccionado pela polícia militar ou civil no momento em que o crime é registrado. Também por isso, muitas dessas notícias relatam apenas dados e informações apuradas pelas polícias civil e militar, restringindo as conclusões dos casos ao caráter policial.

Paiva e Ramos (2007) ressaltam o quão desafiador é ir além da fonte policial, levando em consideração a necessidade de produzir informação a todo o momento, sem tempo para buscar outras visões de um mesmo caso, outros depoimentos ou outras conclusões além da policial. Por isso, é comum ver, inclusive nas notícias analisadas, textos curtos, com poucos parágrafos e informações sucintas. São, normalmente, as informações retiradas de um boletim de ocorrência, por isso, a objetividade no desenvolvimento do texto.

Um exemplo é um caso de feminicídio veiculado no dia 22 de agosto. Nele, uma adolescente de 15 anos foi morta pelo namorado em Minas Gerais. O crime, que é a pior circunstância dos casos de violência contra a mulher, quando resulta na morte da vítima, foi relatado em três pequenos parágrafos que apresentam a visão da Polícia Militar sobre o caso.



22/08/2016 08h24 - Atualizado em 22/08/2016 08h24

## Adolescente de 15 anos é morta pelo namorado em Teófilo Otoni, MG

Motivação do crime ainda está sendo apurada; suspeito fugiu. Vítima foi assassinada com um tiro no peito.

Do G1 Vales de Minas Gerais



Uma adolescente de 15 anos foi assassinada com um tiro no peito, nesse domingo (21), no Bairro Mucuri, em Teófilo Otoni (MG). Segundo a Polícia Militar, o namorado dela, de 18 anos, é o principal suspeito do crime. Ele estava internado no Centro de Internação de Adolescentes, onde cumpre medida socioeducativa e teria recebido benefício de saída temporária.

A mãe dele informou à PM que uma pessoa ligou no celular dela informando ter ouvido tiros vindos da casa dela. Ao chegar no imóvel, a mulher encontrou a adolescente sem vida. Ela ainda relatou que havia deixado o filho no local com a vítima e que os dois namoravam há dois anos.

Após o crime, o jovem fugiu e até o momento não foi localizado. O corpo da adolescente foi encaminhado ao IML de Teófilo Otoni. A motivação do crime ainda está sendo apurada.

Figura 2: Notícia do Portal G1. Fonte: Portal de notícias G1

No segundo parágrafo, o texto traz uma informação concedida pela mãe do acusado, que provavelmente só foi possível veicular devido à informação ter sido passada aos policiais e estes repassarem ao portal de notícias. É claramente notável a ausência de busca por alguma outra fonte nesse caso que, levando-se em consideração ser um caso de feminicídio ocorrido com uma adolescente de 15 anos, poderia ter uma busca maior por conteúdos relevantes sobre o crime.

Quando são ouvidas diferentes fontes, os casos narrados ganham atenção especial por parte do público. O conteúdo torna-se mais relevante e as informações são mais interessantes ao público, com uma narrativa mais envolvente. Como o veículo analisado é um portal de notícias, que transmite informação a todo o momento, perde-se essa necessidade em veicular notícias mais completas. É importante apenas que o público saiba que determinado crime ocorreu. Demais informações podem ficar em segundo plano.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da pesquisa bibliográfica feita a partir dos temas jornalismo policial, jornalismo online e violência contra a mulher e do conteúdo analisado no portal de notícias G1, percebe-se o quanto o tema, por mais que tenha evoluído muito nos últimos anos, ainda enfrenta debilidades quando veiculado no meio online.

São poucas as notícias que abordam esses casos, a maioria delas apenas em crimes de estupro, homicídio ou feminicídio, quando os casos chegam a suas últimas consequências. De certa maneira, dá-se a entender que os demais casos de violência contra a mulher, como agressão, ameaça, entre outros, são comuns, por isso passíveis de não serem noticiados. Esses crimes, porém, ou a violência contra a mulher como tema, se vêm cada vez mais necessários de serem veiculados, uma vez que a sua publicação e repúdio por parte da sociedade ajuda a coibir que novos casos aconteçam.

Essa escassez de notícias veiculadas sobre a violência contra a mulher pode ser notada levando-se em consideração os casos recebidos pelo “Ligue 180 – Central de Atendimento à Mulher” (INSTITUTO PATRICIA GALVÃO, 2001). No ano de 2015, foram atendidas 76.651 mulheres vítimas de violência no Brasil. Dentre os relatos, 50,16% corresponderam à violência física; 30,33%, violência psicológica; 7,25%, violência moral; 2,10%, violência patrimonial; 4,54%, violência sexual; 5,17%, cárcere privado; e 0,46%, tráfico de pessoas. Isso corresponde a, em média, 210 crimes cometidos contra as mulheres por dia no país.

Mesmo com tantos casos sendo relatados diariamente, um dos maiores portais de notícias do país publicou uma média de dez notícias sobre o tema por dia (73 casos selecionados em uma semana). Isso considerando-se que o G1 foi selecionado entre outros dois portais de notícias por transmitir maior número de casos de violência contra a mulher. Evidentemente, nem todo caso gera notícia, mas a violência contra a mulher deveria ser um tema que fizesse parte da cobertura jornalística como um todo, a fim de auxiliar as vítimas e divulgar meios para punir os agressores e, especialmente, informar os leitores e leitoras de modo a buscar a construção de outros sentidos, como a superação do machismo.

Várias notícias apresentam informações que permitem uma boa compreensão do fato, muitas vezes com o auxílio de imagens e vídeos. Em vários casos, inclusive, os crimes são tratados como a devida profundidade, assim como acusado e vítima são abordados de maneira

que não os desmereça. Pontos positivos como esses mostram o quanto o jornalismo policial e, especificamente, as notícias de violência contra a mulher, contribuir para uma representação noticiosa do crime que esteja correta do ponto de vista legal e que não reproduza preconceitos. Em alguns casos, porém, ainda falta melhorar a apuração das informações. Isso por que a notícia é baseada em apenas uma fonte, a policial. Ou seja, o crime é veiculado apenas com a versão que as polícias civil e militar relatam, sem a busca de mais dados ou outras versões para um mesmo caso.

Outro fator que chama a atenção nas notícias selecionadas é a falta de serviços e outras opções que divulguem números e veículos que auxiliem no combate aos crimes de violência contra a mulher. Em nenhuma das notícias analisadas foi encontrada alguma frase ou parágrafo que mostre serviços de auxílio às mulheres vítimas de violência. Segundo o Instituto Patricia Galvão (2001), é necessário:

Divulgar e avaliar os serviços disponíveis, mostrando o trabalho realizado e entrevistando profissionais que atuam em delegacias da mulher e em organizações não-governamentais que dão a primeira assistência às mulheres e meninas, os serviços de referência nos hospitais, que prestam atendimento multidisciplinar às vítimas de violência sexual, as casas-abrigo, que recebem as mulheres que não têm para onde fugir, e os serviços judiciários que visam proteger a mulher e responsabilizar o agressor (INSTITUTO PATRICIA GALVÃO, 2001, s/p).

Ainda assim, com a evolução de políticas que auxiliam as vítimas mulheres e punem os acusados, as notícias que transmitem crimes do tipo têm sido veiculadas com cada vez mais frequência, buscando combater crimes do tipo e punir os culpados, ainda que indiretamente. E pode-se notar, através das notícias analisadas, o quanto os portais de notícias, tomando como exemplo o G1, têm evoluindo buscando combater os crimes de violência contra as mulheres a partir de suas narrativas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBEIRO, Heródoto; LIMA, Paulo Rodolfo de. **Manual de jornalismo para rádio, TV e novas mídias**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Augusto Pinheiro, SP: Edições 70, 2011.
- BRASIL, **Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009**. Institui o Código Penal. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm)>. Acesso em 13 de novembro de 2016.
- BRASIL, **Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015**. Institui o Código Penal. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm)>. Acesso em 13 de novembro de 2016.
- CARVALHO DW; FREIRE MT; VILAR, G. **Mídia e violência: um olhar sobre o Brasil**. Ver Panam Salud Publica. 2012;31(5).
- COSTA, Belarmino Cesar Guimaraes da. **Estética da violência: jornalismo e produção de sentidos**. Campinas, SP: Autores Associados, Piracicaba, SP: Editora UNIMEP, 2002.
- FERRARI, Pollyana. **Jornalismo digital**. São Paulo: Contexto, 2003.
- FILHO, Adelmo Genro. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Brasília, DF: Editora Ortiz S/A, 1989
- INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, **Dossiê violência contra a mulher**, 2001. Disponível em <<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/>> Acesso em 30 de junho de 2016
- MORETZHON, Sylvia. **A velocidade como fetiche: o discurso jornalístico na era do “tempo real”**. Disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/moretzsohn-sylviavelocidade-jornalismo-3.html>> Acesso em 20 de novembro de 2016.
- ONG THINK OLGA, **Minimanual do jornalismo humanizado Pt. I: Violência contra a mulher**[2016?]. Disponível em <[http://thinkolga.com/olga/wp-content/uploads/2016/06/minimanual\\_V2.pdf](http://thinkolga.com/olga/wp-content/uploads/2016/06/minimanual_V2.pdf)>. Acesso em 27 de junho de 2016
- RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.p. 37-56.
- SILVA, Marcia Veiga da. **Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias**. Florianópolis, SC: Insular, 2014. V. 8.
- TEDESCHI, Losandro Antonio. Boudieu e a dominação masculina. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (orgs) **Dicionário crítico de gênero**. Dourados, MS: Ed UFGD, 2015.p. 78 - 82
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. 3. ed. Florianópolis, SC: Insular, 2013. v. 2



\_\_\_\_\_. **Teorias do jornalismo:** porque as notícias são como são. 3. ed. Florianópolis, SC: Insular, 2012. v. 1

VAZ, Paulo; CARDOSO, Janine Miranda; FELIX, Carla Baiense. Risco, sofrimento e vítima virtual: a política do medo nas narrativas jornalísticas contemporâneas. In: **Revista Contracampo**, nº. 25, dez de 2012. Niterói: Contracampo, 2012. P. 24-42.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2015:** Homicídio de mulheres no Brasil. Disponível em <<http://www.mapadaviolencia.org.br/>> Acesso em 22 de novembro de 2016